

Cinco clínicas dizem 'não'

Instituições de saúde privadas recusam-se a fazer a Interrupção Voluntária da Gravidez por "questões de ética"

Se o 'sim' sair vencedor do referendo, cinco instituições privadas de saúde com serviço de ginecologia e obstetrícia vão dizer "não" à Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG).

São elas o Hospitais da Cuf, a Clínica de Santo António, a Casa de Saúde da Boavista, a Clínica de São Lázaro e a Clínica de Todos-os-Santos. O Expresso ouviu ainda dois 'nins' do Hospital Privado dos Clérigos e do Hospital Particular do Algarve — decisões que vêm contra a corrente numa altura em que dezenas de clínicas se acotovelam para entrar num novo mercado de milhões.

O Grupo Mello foi o primeiro a anunciar, há duas semanas, pela boca do seu administrador, Salvador de Mello, que "nem sequer pondera vir a prestar esse tipo de serviço" nos seus hospitais da Cuf. Não foram, porém, invocadas as razões que levaram um dos maiores grupos privados de saúde a tomar esta posição, a dois meses da consulta popular. Na Casa de Saúde da Boavista, onde nascem mais de 300 crianças por ano, não há ambiguidades. A irmã Lúcia, da

Se a despenalização avançar, os Hospitais da Cuf, as clínicas de Santo António, da Boavista, de S. Lázaro e de Todos-os-Santos não aceitarão as regras

administração da clínica portuguesa, feroz opositora da despenalização do aborto, considera existirem "outras formas de resolver o problema". E tem a certeza que os cerca de 20 obstetras que ali trabalham "partilham dos valores da instituição". O assunto também foi discutido na Clínica de Todos-os-Santos, em Lisboa. "Não vamos entrar nisso", resume o fundador, Baptista Fernandes.

Domingos Jardim, obstetra da Clínica de São Lázaro, em Braga, advoga que o referendo pretende tornar a IVG num mero meio contraceptivo. "Como não pactuamos com irresponsabilidades não aceitaremos fazê-la". Foram também as questões de ética que levaram a administração da Clínica de Santo António, em Lisboa, a recusar efectuar qualquer tipo de intervenções abortivas, caso os portugueses votem pela despenalização. "Temos uma grande tradição católica. A IVG não se adequa à nossa filosofia", alega a obstetra Sara Savedra.

Nem todas as clínicas contactadas foram tão peremptórias. No Hospital dos Clérigos, do Porto, o "não" ao aborto deve-se mais à falta de estruturas para o efeito do que a questões filosóficas. "Talvez algo mude com as novas instalações, que serão inauguradas em meados de 2007", revela uma fonte da instituição. No Hospital Particular do Algarve, a direcção prefere não se pronunciar sobre o assunto, mas o Expresso sabe que existe no conselho de administração uma forte oposição à ideia. No entanto, caso o "sim" saia vencedor, não deverão ser impostas medidas aos obstetras. "Ficará à consciência de cada um. Ninguém os poderá proibir de fazer uma IVG", diz um funcionário no anonimato.

HUGO FRANCO



Bagão Félix acusa Governo de "preconceito"

Os centros de apoio à vida saíram da Lei de Bases. CDS diz que PS pôs o Estado a incentivar a liberalização do aborto

Os centros de apoio à vida foram introduzidos em 2002 na Lei de Bases da Segurança Social por Bagão Félix, ministro do Governo PSD/CDS. Confrontado pelo Expresso com a decisão socialista de eliminar do diploma as referências a estas instituições, o ex-ministro indignou-se: "Estamos perante um retrocesso. É uma mera questão de preconceito ideológico". Bagão Félix acrescentou que "a coincidência temporal" desta decisão com o referendo sobre o aborto, marcado para 11 de Fevereiro, "é manifestamente infeliz".

Pedro Mota Soares, vice-presidente do grupo parlamentar do CDS vai mais longe e acusa o Governo e o PS de colocarem o Estado como parte no referendo. "Com esta decisão, o Estado incita os cidadãos a seguirem a via da liberalização do aborto", denuncia.

Mota Soares acusa ainda os socialistas de, com esta atitude, abrirem o caminho para reduzir o financiamento público a estes centros, que têm como objectivo combater as causas que levam à interrupção da gravidez. "O passo seguinte é retirar os apoios financeiros criando uma situação de estrangulamento nestas instituições", concluiu o deputado do CDS.

O ex-ministro Bagão Félix sublinha o facto de "numa altura em que os defensores do 'Não' são criticados por não terem obra ao nível da prevenção, esta decisão mostra que, para o Governo, a prevenção é uma baleia".

O Governo assegura que a intenção foi expurgar a Lei de Bases de Segurança Social de qualquer carga ideológica. O gabinete do ministro do Trabalho e Solidariedade Social explicou ao Expresso que o Executivo "não faz nenhuma distinção sobre os apoios sociais que concede. A referência aos centros de apoio à vida é puramente ideológica".

Um colaborador de Vieira da Silva acrescentou que "os idosos, as crianças — em creches ou em risco —, as mães solteiras ou os deficientes são utentes da rede social", não fazendo por isso sentido valorizar na Lei os centros de apoio à vida, ignorando outras instituições de solidariedade social.

Quando, em 2002, introduziu na Lei de Bases os centros de apoio à vida, Bagão Félix quis "dar um sinal de que a Segurança Social é também uma forma de promover a vida, a família e a natalidade". O gabinete de Vieira da Silva responde que "o eixo central da política de família deste Governo é duplicar, até 2009, as vagas nas creches".

NUNO SARAIVA

NÚMEROS CONTRADITÓRIOS

17.260

a 18 mil é o número de abortos realizados o ano passado, a crer no estudo da Associação Portuguesa para o Planeamento da Família; e utilizado pelo Movimento Cidadania e Responsabilidade pelo Sim

1426

é o número de internamentos em hospital por aborto clandestino, segundo dados da Direcção-Geral de Saúde de 2004, e só este merece a confiança da Plataforma Não Obrigada



Número de abortos nos hospitais públicos será “marginal”

Obstetras não sabem como vão poder responder ao aumento da procura dos serviços médicos públicos se o ‘sim’ ganhar

A dois meses do referendo, o Ministério da Saúde ainda não encontrou o modelo de financiamento da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG). “A matéria não está tratada”, reconhece o assessor, Miguel Vieira. No entanto, assume que a “actual lei tem de ser cumprida” e caberá ao Serviço Nacional de Saúde (SNS) “proporcionar os meios para que a IVG se concretize”.

A questão preocupa Luís Graça, director do Serviço de Ginecologia e Obstetrícia do Hospital Santa Maria, em Lisboa, relutante em aceitar que seja o SNS a pagar as interrupções de gravidez “puras e simples, sem qualquer riscos para a mãe ou o feto”. Na opinião do médico, o problema ficaria resolvido com a legalização de clínicas onde já se praticam abortos; e até agora a funcionar na “clandestinidade”. “Algumas com muita qualidade técnica”, frisa. Em Santa Maria, e caso vença o ‘sim’, “não se vão fazer IVG a pedido”, sublinha. A prioridade vai continuar a ser dada ao tratamento da doença. “Nesses casos é que temos de ser solidários”. Por isso, o cenário das listas de espera “não faz qualquer sentido”. O facto do aborto ter de ser praticado até às dez semanas, vai levar a que “o número de IVG feitas no hospital seja sempre marginal”, resume Luís Graça.

Mais a sul, no Hospital Distrital de Faro, Beatriz Cabrita, directora dos Serviços de Ginecologia e Obstetrícia, coloca a hipótese das listas de espera, tendo em conta que se “o sim ganhar, vamos usar os mesmos recursos humanos e técnicos”. O problema vai estar no lado da procura; e a aumentar como se prevê, os hospitais “vão ter dificuldades em dar respostas”. E de contornar a situação dos médicos que já se assumiram como objectores de consciência. Nos serviços de Ginecologia e Obstetrícia que Beatriz gere, já há “alguns” casos. Em Santa Maria, onde trabalham 40 médicos e 85 enfermeiros, o número será proporcional ao “resultado do referendo”, prevê Luís Graça.

Prevendo esta situação, o Ministério da Saúde assume que a melhor forma de pressionar as “reservas éticas e morais” dos médicos que trabalham no público é “a concorrência com as clínicas privadas”. Para já, está prevista a abertura de duas clínicas, em Lisboa, para a realização de interrupções da gravidez, como a britânica Mary Stopes International (uma organização de beneficência) e a empresa espanhola detentora da Clínica de Los Arcos. O processo de legalização destas duas clínicas seguirá em frente, “qualquer que seja o resultado”, assume o assessor, sem esconder que a vitória do ‘sim’, funcionaria como acelerador.

MARIA BARBOSA

COMO SERÁ UMA IVG?

■ A mulher que decida pôr termo à gravidez deve dirigir-se ao médico de família do seu Centro de Saúde. Ou pode encaminhar-se directamente às clínicas preparadas para o efeito

■ No primeiro caso, caberá ao médico de família reencaminhar a utente para as clínicas privadas que já fazem abortos (e que serão legalizadas), e as que entretanto vão surgir, ligadas a organizações de solidariedade social. Só um número reduzido de casos será conduzido para os hospitais públicos



ILUSTRAÇÕES MIGUEL SERPAS / WHO

Socialistas fazem campanha tímida

Comunistas e 'bloquistas' empenham-se a fundo na campanha do referendo. PSD tenta despartidarizar a questão

A decisão foi tomada na última reunião do Secretariado Nacional: o PS não vai realizar comícios nem afixar cartazes durante a campanha para o referendo ao aborto. A posição oficial a favor do 'sim' será quase exclusivamente veiculada através dos tempos de antena, soube o Expresso. Esta atitude defensiva dos socialistas tem um objectivo claro: evitar que o referendo se transforme num plebiscito às políticas do Governo.

A estratégia concertada prevê, no entanto, que os dirigentes do partido sejam encorajados a empenhar-se nos debates públicos e nas acções promovidas pelos diversos movimentos de cidadãos pró-despenalização do aborto. A excepção à tentativa de despartidarizar a campanha é a JS, que esta semana lançou os primeiros «outdoors» pelo 'sim'.

O PS aposta ainda numa internacionalização da campanha: a eurodeputada Edite Estrela adiantou que no recente congresso do PSE ficou assente que diversos dirigentes socialistas europeus se deslocarão a Portugal para integrar acções de propaganda e participar em debates.

Os sociais-democratas, embora não tenham uma posição oficial sobre o assunto, não se irão alhear completamente da campanha do referendo: fonte do PSD assegurou ao Expresso que o partido terá tempo de antena. A única iniciativa promovida pela direcção social-democrata para o mês de Janeiro consistirá num debate/conferência sobre a despenalização do aborto que reunirá especialistas no Centro Cultural de Belém, em Lisboa.

Tanto o PCP como o Bloco de Esquerda estão empenhados em fazer campanhas autónomas pelo 'sim'. Fernanda Mateus, coordenadora comunista da preparação do referendo, é de opinião que a "participação partidária é fundamental", adiantando que o PCP "assume as suas responsabilidades de intervenção". Isto não impede que dirigentes, deputados e militantes do partido integrem movimentos de cidadãos pró-despenalização do aborto "para ampliar as possibilidades de esclarecimento do eleitorado", considera a supervisora da campanha do PCP. Helena Pinto e Ana Drago são as responsáveis máximas pela estratégia do Bloco de Esquerda para a próxima consulta eleitoral. Esta organização partidária iniciou esta semana a afixação de cartazes e está a preparar diversos materiais de campanha para o início de 2007, estando prevista a distribuição de um jornal gratuito e uma carta dirigida a todos os cidadãos eleitores.

Por seu turno, o CDS — o único partido a assumir-se oficialmente do lado do 'não' — irá divulgar o trabalho social que tem sido feito pelos centros de apoio à vida e destacar o que diz serem as provas de manifestação de vida humana no embrião às 10 semanas.

ISABEL OLIVEIRA

Jovens pelo 'não'

Estudantes do ensino secundário e do superior estão a criar o movimento "Diz que Não" que tem por objectivo esclarecer os jovens do que "está em causa" no referendo ao aborto. Brigadas de 8 a 10 elementos, cada uma com o seu líder e um nome próprio, vão realizar acções de sensibilização nas escolas, nas faculdades e nos locais onde haja eleitores jovens. O manifesto "Porque a vida não tem prazo de validade... diz que Não" e um folheto, que enumera um conjunto de factos relativos à IVG, serão distribuídos por todo o país.

MONICA CONTRERAS

Cinco grandes clínicas recusam fazer abortos

E os hospitais públicos não sabem como agir...

Caso os portugueses votem pela despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG), no referendo de 11 de Fevereiro, nem todas as clínicas e hospitais privados do país irão dizer 'sim' ao aborto.

O Expresso contactou 21 das maiores instituições de saúde privadas com serviço de obstetria e apurou que cinco não

vão prestar esse tipo de serviço à população.

São elas os Hospitais Cuf, a Clínica de Santo António, em Lisboa, a Casa de Saúde da Boavista, no Porto, a Clínica de São Lázaro, em Braga, e a Clínica de Todos-os-Santos, em Lisboa.

As "questões de ordem ética e deontológica" foram o argumento utilizado pela esmagado-

ra maioria, que não deseja "transformar a IVG num mero método contraceptivo".

Na maior parte das clínicas foram os próprios conselhos de administração que tomaram a decisão, a dois meses da consulta popular. Mas existem casos, como o da Clínica de São Lázaro, em que os obstetras de serviço votaram por unanimida-

de contra as práticas abortivas.

Do outro lado da barricada, só o Hospital SAMS, em Lisboa, o Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa e a Clínica Particular de Barcelos garantiram que agirão "em conformidade com a lei". As restantes instituições preferiram não se manifestar. "É um assunto demasiado delicado", alegam.

PÁGS. 18 e 19